

Conselhos Escolares: estratégia de gestão democrática da educação pública¹ (Parte 2)

A valorização dos conselhos como estratégia de gestão democrática da educação traz implícita a relevância de sua função mobilizadora. Esta, por sua vez, se fundamenta no princípio da pertença do bem público à cidadania. Considerando que no âmbito escolar são exercitados processos socializadores da criança, este cumprirá sua função cidadã se esses processos conduzirem à autonomia. A mobilização dos atores, motivados por um objetivo comum, constitui o elemento mais poderoso de criação, renovação e formação de sujeitos autônomos e solidários.

Mas, para que essa mobilização ocorra, é fundamental que se institua um novo paradigma, uma nova concepção de participação, expurgada dos velhos conceitos de apoio, colaboração, ajuda, adesão e tantos outros radicados no pressuposto que exclui o exercício de poder. O novo paradigma de participação implica, fundamentalmente, exercício de poder. Se o ator "faz parte da ação", tem o direito de fazer parte da decisão, uma vez que a ação afeta sua vida. Além disso, as pessoas não têm ânimo para se comprometer, se mobilizar por causas que não lhe pertencem, que não dizem respeito às suas vidas.

A cidadania, radicada no coletivo, é uma condição de relação com o outro - não há cidadania no isolamento, na exclusão - por isso implica uma situação de partilha, fazer parte dos ônus e bônus da vida coletiva, o que implica fazer parte das decisões sobre a ação. Cidadania situa a todos como governantes do processo social. Somente a partir da compreensão do papel da comunidade no processo reflexivo e estrutural da educação é que se torna possível sua mobilização e engajamento para a participação nas formulações e implementação de ações conscientemente, construídas para o desenvolvimento do sistema escolar.

A unidade escolar democrática tem sua gestão amparada no trabalho coordenado de todos os agentes envolvidos no processo educacional. O entendimento da relevância da inclusão comunitária na percepção coletiva do processo educacional e o apoderamento dos instrumentos de construção desse processo potencializam a difusão do sentimento de pertencimento e integração entre escola e comunidade. O reforço desse laço revigora o sentimento de partilha, tornando o processo vivo e dinâmico e caracterizando o caráter democrático da interação estabelecida. A adoção de uma nova visão para os processos resulta, consequentemente, na mudança de atitude necessária ao desenvolvimento de uma nova postura ante a questão da escola.

É sempre oportuno lembrar o velho princípio latino: "as palavras promovem, mas os exemplos arrastam". A transferência desse princípio, em relação aos/as professores/as, para a sala de aula, alerta para o fato de que construímos mais cidadania nos/as estudantes pelas atitudes que cultivamos do que pelas palavras que dizemos. A coerência é essencial ao processo educativo.

Como fazer a capacitação dos/as conselheiros/as?

Uma das questões centrais para a qualidade da participação é a da capacitação de conselheiros/as. Para que o/a conselheiro/a possa exercer bem sua função é fundamental que conheça: 1) o conselho (significado e papel); 2) o papel do/a conselheiro/a e o significado da representação; 3) a escola como organização e seu projeto político-pedagógico; 4) a legislação educacional básica; 5) o sistema de ensino

(do estado ou do município) - princípios e normas; 6) o significado da participação - a pertença da escola à cidadania.

Muitos sistemas de ensino já desenvolvem ações de qualificação dos/as conselheiros/as escolares. O regime de colaboração entre os sistemas de ensino, preconizado pela LDB e já em promissor processo de realização pelas entidades de educadores/as nos sistemas de ensino, constitui uma das estratégias privilegiadas para partilhar experiências inovadoras e consolidar e efetivar a atuação dos Conselhos Escolares. Cadernos específicos sobre o tema², oferecerão maiores subsídios aos/as conselheiros/as escolares para essa efetiva atuação.

Conselho Escolar: incentivador da articulação escola/sociedade

Há um razoável consenso entre os/as educadores/as que o projeto político-pedagógico, construído de forma coletiva e participativa, constitui o norte orientador das práticas curriculares e pedagógicas na escola. O Conselho Escolar pode exercer um papel relevante na gestão escolar (pedagógico-administrativa) contribuindo para a construção e implementação do projeto político-pedagógico e para o alargamento do horizonte cultural dos estudantes.

Nessa direção, a escola pode propiciar a organização de situações que favoreçam ao/a estudante efetivar aprendizagens que o/a levem a valorizar a história do seu bairro, dos/as líderes populares do seu lugar, da sua raça, do seu gênero e da sua classe social. Incentivar no corpo discente o desenvolvimento de posturas solidárias, críticas e criativas e propiciar a organização de situações que induzam o estudante a lutar pelos seus sonhos são tarefas de uma escola comprometida com a formação cidadã. Como fazê-lo?

Que tal propor algumas atividades que permitam que os profissionais e estudantes das escolas envolvam o Conselho Escolar para:

- ☞ Mapear as organizações populares existentes no bairro;
- ☞ Promover assembléias externas, em parceria com as entidades da sociedade civil, para analisar ou propor políticas de desenvolvimento local;
- ☞ Inventariar a situação do bairro com o objetivo de compreender o contexto social, econômico, político e cultural.

A educação pública de qualidade precisa ser uma meta para toda a sociedade brasileira. Os Conselhos Escolares podem e devem ser espaços de democratização e de valorização da educação pública. Incentivar a constituição de projetos de vida dos/as estudantes articulados aos movimentos que visam a construção coletiva do projeto de bairro, da cidade e da nação é um desafio. Mas quem educa em direitos humanos sabe que os desafios são parte de nosso cotidiano!

¹ Fragmentos (adaptados) do **Caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**.

Dados bibliográficos: Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania / elaboração Ignez Pinto Navarro...* [ET. AL.] – Brasília: MEC, SEB, 2004.

² Estes cadernos estão disponíveis na biblioteca do MEDH em Rede (www.novamerica.org.br/medh2)

01

Dia Mundial da Paz/Dia da Confraternização Universal

07

Dia da Liberdade de Cultos

08

Dia Mundial da Alfabetização

21

Dia Mundial das Religiões

31

Dia Internacional da Solidariedade

23

Dia da Paz Mundial

27

Dia dos Idosos

Direitos Humanos na sala de aula

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este boletim, que encerra a série de 2010, chega a você anunciando a despedida de um ano em que o MEDH acolheu novos núcleos, enriquecendo-se com a presença de novos/as parceiros/as comprometidos/as com a educação em direitos humanos. Motivo de alegria e esperança madura para todos/as nós que fazemos da educação - e da educação em direitos humanos especialmente - o caminho para a construção de um outro mundo possível. Com razão e emoção, como nos fala Maria Victoria.

Nas páginas centrais, os exemplos de como se exercita a educação em direitos humanos, registram que essa educação está em curso, através de atividades que movimentaram as salas de aula de nossos/as colegas - "Calouros/as e veteranos/as". Níveis de escolaridade variados, temas diversos, estilos distintos... um só alvo: a cidadania que assume no tempo presente, a construção do amanhã desejado.

Os Conselhos Escolares voltam à última página. Tema para refletir e traçar planos, tendo como horizonte e trajeto a democratização das escolas e dos sistemas escolares que as incluem - tarefa que nos desafia e estimula.

A gente se despede, provisoriamente, mirando 2011 que se aproxima - janeiro e fevereiro. Visitam esta edição apresentando suas datas significativas (para driblar a saudade, lembre-se: o MEDH em Rede permanecerá a postos). Ano de novos governos. Ano de começo e recomeço. De continuidade e ruptura. Ano novo, afinal!

A gente se despede, então, convidando você para ser sempre girassol, "que a toa se vira para o sol" porque, como enfatiza Clarice Lispector:

"não é a toa virar-se para o SOL
é um ato de realização de Fé"

Fé no homem e na mulher, de todas as idades. Fé na educação, nos educadores e nas educadoras. Fé no coletivo que estamos colocando em marcha. Fé na VIDA!

Feliz ano novo! Até março.

A equipe

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos direitos da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. É uma educação permanente, continuada, necessariamente voltada para a mudança e compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção. Maria Victoria Benevides

NOVAMERICA

2010
**Educar em
Direitos Humanos:
democracia em ação**

NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania

ISSN 1519-9827 NOVAMERICA
Rua Dezenove de Fevereiro, 160
Botafogo - CEP : 22280 - 030
Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033
E-mail: escola@novamerica.org.br
<http://www.novamerica.org.br>

Editora

Susana Sacavino

Texto Final

Iliana Aida Paulo

Supervisão Editorial

Adelia Maria Koff

Composição Gráfica

Companhia Visual Manteca

Equipe Responsável

Vera Maria Candau

Sílvia Maria F. Pedreira

Kelly Russo

Marilena Varejão Guersola

Castilla-La Mancha

intercambio
y solidaridad

A P O I O